RECOMENDAÇÃO Nº 006/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Promotor(a) de Justiça **GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE**, com lastro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal ° 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), bem como no artigo artigo 55, parágrafo único, IV, da Lei Complementar n.º 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), combinados, ainda, com os artigos 127 e 129 da Constituição Federal do Brasil, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO, fazendo-a nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, consoante dispõe o artigo 129, II, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o art. 37, §1º, da Constituição Federal dispõe que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela NÃO podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

CONSIDERANDO que a vedação à promoção pessoal alcança todo e qualquer agente público, independentemente do cargo ou função exercida, abrangendo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores, servidores e demais autoridades;

CONSIDERANDO que a utilização de **recursos públicos para inserir nomes, rostos, imagens, apelidos, slogans, cores, símbolos ou logomarcas personalizadas associadas a determinada gestão** em logradouros, bens, obras, programas, serviços ou documentos oficiais constitui afronta direta ao princípio da **impressoalidade e da moralidade administrativa**;

CONSIDERANDO que tal conduta pode configurar **ato de improbidade administrativa** (Lei nº 14.230/2021, art. 11, caput), por violar os deveres de lealdade às instituições e de observância aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever de prevenir a ocorrência de atos lesivos ao patrimônio público e de zelar pelo respeito aos princípios constitucionais da administração, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal;

RESOLVE RECOMENDAR:

1. **Que o Prefeito Municipal, bem como qualquer agente público da administração municipal (Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores, servidores e demais autoridades), se abstenham de realizar ato de qualquer natureza, seja: símbolo, nome, apelido, rosto, desenho, slogan, cor ou imagem que caracterize promoção pessoal de agentes públicos em obras, logradouros, prédios, veículos, campanhas, documentos, redes sociais institucionais ou qualquer outro bem ou serviço custeado com recursos públicos.**

2. **Que o Município se abstenha, doravante, de realizar qualquer despesa pública voltada à divulgação de nomes, imagens, slogans ou cores que identifiquem ou promovam pessoalmente autoridades ou servidores públicos, em detrimento do caráter educativo, informativo ou de orientação social que deve nortear a publicidade oficial.**

3. **Que a publicidade oficial municipal observe rigorosamente os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, abstendo-se de utilizar elementos que remetam à promoção de partidos políticos, gestões específicas ou agentes públicos em exercício ou pretensos candidatos.**

4. **Que o Município, em substituição, adote formas de comunicação oficial que possuam caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, em conformidade com o art. 37, §1º, da CF.**

5. **REMETAM-SE CÓPIA AOS DESTINATÁRIOS**, para cumprimento, requisitando, no mesmo expediente, que os destinatários promovam a imediata e adequada divulgação desta Recomendação (Lei nº 8.625/1993, art. 27, Parágrafo Único, IV, in fine), bem assim que informe, no **prazo de 10 dias**, a contar da notificação, sobre o acatamento da orientação aqui recomendada e as providências já adotadas para o seu fiel cumprimento.

6. **O não atendimento à presente Recomendação poderá ensejar a adoção, por este Órgão Ministerial, das medidas administrativas e judiciais cabíveis, incluindo o ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa e comunicação ao Tribunal de Contas.**

7. Proceda a publicação desta Recomendação no atrium da sede das Promotorias de Justiça de Marapanim-PA;

8. Proceda o envio de cópia da presente Recomendação à Gerência de Documentação, Protocolo e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça para publicação no DOE e ao Setor de Imprensa para a divulgação necessária;

CUMPRA-SE.

Marapanim-PA, 20 de agosto de 2025.

GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE
PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA PJ-MARAPANIM/PA.